



Ata da Reunião ordinária do COMDEPHAAPASA, realizada em 09 de fevereiro de 2021

Aos nove dias do mês de fevereiro de 2021, reuniram-se através da plataforma digital "Jitsi Meet", os membros do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA:

Representando a Sociedade Civil:

Adalberto Dias Almeida (IPABC), Irene Grasson Pereira de Souza Viola (OAB-SP), Marcos Sidnei Pagotto Euzebio (AMUSA), Mirella Suraci Santos (AEASA) e Silvia Helena Facciolla Passarelli (UFABC).

Representando o Poder Público: Luiz Fernando Beletatto (SEMASA), Marco Moretto Neto (Secretaria de Cultura), Mayra Gusman de Souza (Secretaria de Cultura), Tatiana Aparecida Machado (Secretaria de Cultura).

Como convidados: Luciane Galvão.

Iniciada a reunião às 09h00, foram tratados os assuntos relacionados a seguir:

PRIMEIRO: Foi confirmada a existência de quórum para início dos trabalhos. O presidente, Marco Moretto Neto dá as boas-vindas, faz apresentação da pauta e os informes.

SEGUNDO: Foram tratados os seguintes informes:

- **Aprovação da ata de reunião ordinária de janeiro/2021:** a referida ata foi aprovada de forma unânime pelo COMDEPHAAPASA, incluindo as observações feitas pela conselheira Silvia Helena F. Passarelli *“Após debates e considerações, o COMDEPHAAPASA delibera, de forma unânime, por encaminhar o processo de tombamento do Complexo Industrial Moinho São Jorge para homologação e aprova as diretrizes de tombamento do imóvel, incluído, como parte integrante da edificação, os vitrais, o painel em azulejos do altar e os entalhes de mármore da via sacra e outras imagens da Capela, parede de revestimento de pastilha vidro (vidrotil) com a figura do São Jorge na entrada da edificação e o painel do salão de festas de autoria de Giulio Rosso. Ao mesmo tempo, delibera pela abertura de um novo processo de estudo para preservação dos bens móveis, tais como mobiliário, obras de arte, maquinário e congêneres associados à atividade produtiva, arquivos, registros documentais e iconográficos associados às atividades do Moinho São Jorge.”*

Terminado o informe, são tratados os seguintes itens da pauta:

TERCEIRO: PA n.º 16.977/2020: Proposta para intervenção e reconstrução do imóvel localizado à Rua Direita, n.º 322 - Vila de Paranapiacaba - A conselheira Irene Grasson Pereira de Souza Viola apresenta relatoria:

“RELATÓRIO REFERENTE PROJETO DE REFORMA DA CASA LOCALIZADA Á RUA DIREITA, 322 – VILA DE PARANAPIACABA - SANTO ANDRÉ – SP

Processo nº 16.977/20 – Casa 322 – Vila Paranapiacaba que trata de Intervenção no imóvel acima identificado e que em data de 27/07/2019 foi atingido por um incêndio, que praticamente o destruiu.

O presente Relatório tem o objetivo de apresentar a síntese do Memorial Descritivo Preliminar, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente da Pref. Santo André, Relatório de Vistoria elaborado pelo Comdephaapasa, através da arquiteta Fátima Regina Tavella Leal e da historiadora Suzana Cecília Kleeb e Memorial de Intervenção elaborado em 20/07/2020 pelo arquiteto Carlos Eduardo Palazzi, para início dos debates sobre a intervenção no referido imóvel.

1- MEMORIAL DESCRITIVO PRELIMINAR

Composto de 14 páginas esse Memorial traz como objetivo, descrever proposta arquitetônica para reconstrução / restauro do imóvel de nº 322, situado a Rua Direita, Vila de Paranapiacaba, Santo André, SP, que foi acometido por um incêndio na madrugada de 27/07/2019. Este imóvel fazia parte integrante dos imóveis tombados como Patrimônio Histórico, Cultural Nacional, reconhecido pelo IPHAN, em 22/08/2002.

Objeto do Memorial: É a reconstrução do imóvel incendiado. O projeto propõe a construção de uma pousada e restaurante. O restaurante atenderá a pousada e o público em geral.

Em linhas gerais a idéia é de manter as formas externas e as dimensões das edificações, tanto para a edificação principal como o edifício anexo que permaneceu intacto.

Detalhes do Memorial:

- Plantas do imóvel
- Desenho do projeto final
- Objeto
- Conceito
- Partido

Etapas do Projeto:

Primeira fase

- Edifício Anexo
- Edifício Principal

Segunda fase

- Os projetos desta fase só começarão a ser elaborados após a aprovação da primeira fase pelo Comdephaapasa, Condephaat e Iphan.

Terceira fase

- Planilha quantitativa e orçamentária
- Localização
- Situação sem escala
- Implantação
- Área do terreno 2.425 metros

Considerações gerais:

O edifício anexo será restaurado mantendo todas as suas características originais. Será feita demolição de um sanitário anômalo e o edifício receberá novos vestiários.

Para atendimento da Portaria eus/6/99 da Vigilância Sanitária. Essa alteração se faz necessária devido à proposta de ocupação para o edifício principal (pousada e restaurante).

Segue Tabela de equivalência de madeiras, devido a impossibilidade de utilização de madeiras originais. Haverá também demolições e limpeza, pois as alvenarias que resistiram ao incêndio apresentam perigo de desabamento.

O Memorial traz ainda recomendações s/ Fundação, Transição, Cintamento Inferior Viga de Piso, estrutura portante, estrutura de cobertura, cobertura de fechamentos, Pisos, Pintura (com paleta de cores elaborada pelo Arquiteto Julio Abe Wakahara e Equipe de 2015), Elétrica e Hidráulica.

2 - RELATÓRIO DE VISTORIA:

O Relatório de Vistoria do imóvel conhecido como “Antiga Casa de Engenheiro Chefe Residente” foi elaborado por Fátima Regina Tavella Leal, arquiteta e Susana Cecilia Kleebe, Historiadora, e instruído com fotos de arquivo de 2005 e fotos atuais do imóvel atingido pelo incêndio em 27/07/2019.

As relatoras informam que muito pouco restou da edificação e as partes ainda presentes estão fragilizadas e em risco. Há necessidade de ações emergenciais para salvaguarda do que restou, como cercas de segurança, e que seja feita a guarda dos “restos”, tais como gradis, proteção de lareiras, exemplar de elemento de revestimento.

Propõem também que a Secretaria do Meio Ambiente, responsável pela gestão do Patrimônio Cultural em Paranapiacaba deva promover a discussão entre os três órgãos de Preservação, Iphan, Condephaat e Comdephaapasa para avaliação de procedimentos e de salvaguarda e quais as diretrizes que serão dadas no futuro já que o bem foi destruído em sua quase totalidade.

3 - MEMORIAL DE INTERVENÇÃO:

O Memorial de Intervenção do imóvel n.º 322, Vila de Paranapiacaba, foi elaborado em 20/07/20 pelo arquiteto Carlos Eduardo Palazzi. O memorial é composto de 43 páginas e traz uma bela retrospectiva histórica da Vila e da casa 322, seus moradores, o engenheiro José Luiz Martinez. No ano 2000 o imóvel serviu como set de filmagem do curta Café Amargo. E até 2009 foi pousada. Efetuou a juntada de fotos datadas de 2000, 2009 até a fatídica madrugada de 27/07/2019, durante a 19ª FIP - Festival de Inverno de Paranapiacaba onde o imóvel constituído basicamente por madeira foi rapidamente destruído pelo incêndio.

*Consta da Certidão de Atendimento nº 127058/19 emitida pelo Corpo de Bombeiros que as prováveis causas do incêndio são **INCONCLUSIVAS** (Grifo do autor) e que infelizmente nunca saberemos se foi um incêndio acidental ou criminoso. Só sobraram as paredes de alvenaria, lareiras, dois fogões a lenha e o edifício anexo.*

Há também uma explicação técnica sobre os efeitos das quatro faixas de temperaturas e seus efeitos na degradação da madeira.

Segue tabela de Tempo Requerido de Resistência ao fogo. (UCB- Birindelli/1987) para Alvenaria e Concreto.

O autor concluiu que “Em análise dos dados acima informados concluímos que a utilização tanto das ruínas quanto dos materiais que “sobreviveram” ao incêndio, não deverão ser utilizados para reconstrução do imóvel. Aconselhamos que as ruínas deverão ser demolidas (alvenarias, lareiras etc) e seu material salvaguardado.”

A seguir apresenta Técnicas Construtivas:

- 1- Especificação dos materiais utilizados no imóvel n.º 322
- 2- Fundação
- 3- Transição
- 4- Vigas de Piso
- 5- Pisos
- 6- Fechamentos / Estrutura principal

- 7- Forros
- 8- Estrutura de Cobertura
- 9- Portas e Janelas
- 10- Lambrequim
- 11- Guarda Corpo
- 12- Cercamento

Ressalto que tudo está acompanhado de fotos, plantas, desenhos e por último apresenta a Proposta de Intervenção, Justificativa e Embasamento que transcrevo a seguir:

“A preservação do latim “praeservare” que significa observar previamente – tem aqui, portanto o sentido de guardar ou conservar para os próximos tempos. Sua metodologia é bastante recente, datando do século XIX, e varia conforme as posturas que se tem diante do passado, com o exemplifica HOSMER (1965).

Consideraremos aqui três métodos de preservação de um imóvel tombado pelo patrimônio histórico, o método “romântico” de preservação constitui numa reconstituição sem documentos históricos, quando obras antigas são recuperadas e revitalizadas com certa fidelidade e muito saudosismo. Existe ainda o método “histórico”, que se fundamenta na idéia da recuperação de edifícios de forma fidedigna, com uso de documentação, não permitindo nem a alteração do lugar original da obra nem seu espaço volumétrico e finalmente, a preservação “científica” baseia-se em documentos históricos, permitindo a intervenção na obra, assim como sua nova utilização, desde que seja mantido o partido da mesma.

A “OBSOLESCÊNCIA DA OBRA ARQUITETÔNICA”, a obra pode se tornar obsoleta ao nível de sua funcionalidade, o que decorre de mudança por que passa a sociedade, principalmente de ordem sócio econômica. A obsolescência pode assumir então vários graus, o que torna fundamental sua consideração técnica, isto é, a comparação quantitativa e qualitativa do edifício com modelos de referência, tanto físico quanto funcionalmente. Acreditamos que este seja o fator mais relevante para que o referido imóvel estivesse desocupado por tantos anos. Um edifício que já se fazia presente no ano de 1898 e que havia sido projetado como uma residência particular não mais atendia as necessidades atuais, tanto como residência como para o comércio. Segundo AZEVEDO, P.O. D (1987) a recuperação é uma intervenção destinada a eliminar a obsolescência física e funcional de uma obra e permitir seu pleno uso social, evitando sua disfunção, abandono e, conseqüentemente, destruição.

Para nossa intervenção adotamos dois dos métodos citados anteriormente, o “romântico” e o “científico” que iremos abordar de forma ampla no decorrer deste trabalho.

Antes de tudo gostaríamos de enfatizar que a Vila de Paranapiacaba vem passando por uma forte reestruturação turística através da SMA – SA (Secretaria do Meio Ambiente de Santo André). A reestruturação visa à profissionalização dos guias turísticos e dos comerciantes locais através de cursos até a criação de parcerias com agências de viagem com o intuito de fomentar o turismo local.

A Vila de Paranapiacaba recebe entre 3500 a 4000 turistas por final de semana, chamamos aqui de “TURISTAS DE PASSAGEM”, eles chegam de manhã passam o dia na Vila e vão embora ao final do dia. Existem fatores principais para que isso aconteça, o primeiro se dá pela proximidade da Vila com a capital e região metropolitana de SP, o segundo motivo são as opções de hospedagem que os turistas encontram. Atualmente a Vila conta com oito pousadas, sendo todas com banheiros coletivos e em sua maioria sem restaurante. Este tipo de instalação oferecida pelas pousadas não atendem as expectativas dos turistas, fazendo com que eles ao final do dia, deixem a Vila.

Atentando a essa nova realidade da Vila de Paranapiacaba, decidimos projetar uma pousada para o local, levando em consideração aspectos arquitetônicos do antigo imóvel, com certa fidelidade, e mantendo as características construtivas dos demais imóveis presentes na Vila. Com isso acreditamos que daremos uma funcionalidade ao imóvel e não mais teremos o problema de abandono e, conseqüentemente, destruição. “

É o relatório.

Conclusão:

Diante das informações elencadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Pref. De Santo André, do Comdephaapasa, e do arquiteto Carlos Eduardo Palazzi onde se constata claramente que praticamente nada restou da edificação 322, e que os “restos” deverão ser salvaguardados para estudo, fica claro que a intervenção para a construção de uma pousada e restaurante serão construções novas e que, portanto devem ser discutidas em conjunto, pelos três Conselhos, Iphan, Condephaat e Comdephaapasa.

Santo André, 08 de fevereiro de 2020
Irene Grasson P. de Souza Viola
OAB - Santo André “

Após debates e considerações, o COMDEPHAAPASA delibera de forma unânime por aprovar a relatoria que endossa o relatório elaborado pelo corpo técnico (...) “Entende-se que é preciso ações emergenciais para a salvaguarda do que restou e, para tanto, é fundamental que este Conselho solicite à Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Santo André que cerque com segurança e em condições que não seja possível a entrada de transeuntes, que correm risco de ferimentos diante de partes que estão se despreendendo do restante do bem. Também esta segurança se refere aos “restos” da edificação. Para estes, após a liberação dos órgãos competentes pela investigação, os elementos que trazem inteligência sobre a edificação e que são portáteis – gradis, proteção das lareiras, exemplar de elemento de revestimento - deverão ser retirados e guardados em local seguro. Em paralelo a isso cremos que a Secretaria de Meio Ambiente, responsável pela gestão do Patrimônio Cultural em Paranapiacaba, deva promover a discussão entre os três órgãos de preservação, IPHAN, CONDEPHAAT e COMDEPHAAPASA para avaliação de procedimentos de salvaguarda e quais as diretrizes que serão dadas no futuro já que o bem foi destruído em sua quase totalidade. Acrescentamos que é necessária uma reflexão por parte dos três órgãos e da Secretaria de Meio Ambiente para uma posterior decisão consensual, uma vez que, trata-se da subtração de um bem do Sítio Tombado, situação já recorrente na Vila.”

QUARTO: PA n.º 888/2020 - Autorização para instalação de Estação de Coleta em área envoltória ao tombamento da Chácara Baronesa - A conselheira Mayra Gusman de Souza apresenta relatoria:

*“Ao Presidente do COMDEPHAAPASA
Sr. Marco Moretto Neto*

Venho como conselheira relatora apresentar meu parecer sobre processo 888/2020 que se trata do pedido de implantação de Estação de Coleta de Resíduos em lote lindeiro ao Haras São Bernardo, realizada pelo SEMASA.

Cabe destacar que será feita uma instalação de uma Estação somente para coleta e não para beneficiamento e tratamento de resíduos. De acordo com processo “No local (o munícipe) é atendido por um funcionário [...] (que faz controle de todas as pessoas que destinaram resíduos, anotando em planilhas o tipo, quantidade e origem”. Além de descrever que a acomodação é feita em caçambas separadas por tipos de resíduos e área de volumosos; e sobre o destino deles: “os resíduos são destinados conforme suas características: recicláveis para as cooperativas de triagem; pneus para a reciclagem na CBL; entulho para reaproveitamento nas pistas do aterro, etc”, além de afirmar em processo que a retirada dos resíduos será feita de hora em hora por empresa responsável.

De acordo com o parecer técnico elaborado pela arquiteta Elaine Moraes de Albuquerque, não é visto nenhum óbice para esta realização de acordo com o apresentado em processo uma vez que não impactará nos parâmetros estabelecidos para o Haras São Bernardo, constantes na homologação de tombamento, de 26 de maio de 2014, conf. P.A. nº 320/1995.

Contudo a técnica solicita o seguinte aspecto conforme parecer “Por sua vez, considerando a manutenção da qualidade da paisagem e ambiental desse Bem Cultural – que além de ser um dos maiores remanescentes florestais da Macrozona Urbana de Santo André, é também um local relevante por sua história na formação da Cidade e pela presença na memória coletiva da população, desenvolvida ao longo do tempo, desde a sua primeira implantação como haras até a sua transformação em área verde pública, que decorreu da luta simbólica da sociedade civil – recomendamos que o SEMASA, respeitadas as suas atribuições no território, realize um relatório ao final de seis meses após sua instalação, apresentando informações advindas de rondas periódicas de fiscalização, considerando todo o perímetro do Haras São Bernardo. Este relatório deverá demonstrar se a instalação a Estação de Coleta de Resíduos em sua área envoltória tem sido eficaz na salvaguarda do Bem no que diz respeito à diminuição de descartes irregulares. Caso os resultados demonstrem defasagem quanto ao objetivo de mitigação do problema supracitado, recomenda-se a elaboração de ações voltadas à Educação Ambiental Patrimonial, com a colaboração dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural - COMDEPHAAPASA e CONDEPHAAT, direcionadas à população sobre seu papel na gestão compartilhada para proteção e manutenção da qualidade desse Bem”.

Assim, solicito apresento a este conselho o meu parecer favorável ao presente processo e sugiro que seja encaminhada ao SEMASA a solicitação de relatório final após seis meses de instalação da Estação de Coleta.

*Atenciosamente,
Mayra Gusman de Souza Santo André,
25 de janeiro de 2021*

O COMDEPHAAPASA aprova de forma unânime a intervenção, com a recomendação do corpo técnico (...) *“Por sua vez, considerando a manutenção da qualidade da paisagem e ambiental desse Bem Cultural – que além de ser um dos maiores remanescentes florestais da Macrozona Urbana de Santo André, é também um local relevante por sua história na formação da Cidade e pela presença na memória coletiva da população, desenvolvida ao longo do tempo, desde a sua primeira implantação como haras até a sua transformação em área verde pública, que decorreu da luta simbólica da sociedade civil – recomendamos que o SEMASA, respeitadas as suas atribuições no território, realize um relatório ao final de seis meses após sua instalação, apresentando informações advindas de rondas periódicas de fiscalização, considerando todo o perímetro do Haras São Bernardo. Este relatório deverá demonstrar se a instalação a Estação de Coleta de Resíduos em sua área envoltória tem sido eficaz na salvaguarda do Bem no que diz respeito à diminuição de descartes irregulares. Caso os resultados demonstrem defasagem quanto ao objetivo de mitigação do problema supracitado, recomenda-se a elaboração de ações voltadas à Educação Ambiental Patrimonial, com a colaboração dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural - COMDEPHAAPASA e CONDEPHAAT, direcionadas à população sobre seu papel na gestão compartilhada para proteção e manutenção da qualidade desse Bem”.*

QUINTO: PA n.º 45.142/2017 - Projeto de revitalização e restauro da Estação de Campo Grande - O conselheiro Marcos Sidnei Pagotto Euzebio apresenta relatoria elaborada por Renato Brancaglione Cristofi que justificou sua ausência na reunião:

“Ao COMDEPHAAPASA,

Processo: 45.142/2017

Assunto: Projeto de Restauo da Estação de Campo Grande, Santo André - Bem Tombado – Vila de Paranapiacaba e arredores – Processo 56.616/1996-5

O presente relatório é referente à solicitação pelo Corpo Técnico de autorização pela preservação da estrutura metálica (em trilhos (vignole) retorcidos) que sustentava a cobertura de passageiros da plataforma central da Estação de Campo Grande - Paranapiacaba.

Sobre este elemento, apesar de no decorrer do processo de restauro e recuperação da referida estação, ter sido em primeiro momento, afirmado encontrar-se em avançado estado de degradação o que impediria sua manutenção e ter ocorrido, desta forma, anterior autorização por sua supressão; o Corpo Técnico deste Conselho, em análise e parecer - que aqui analisamos - afirma entender que:

“[...] caberia uma vistoria preliminar do Corpo Técnico e uma avaliação mais pormenorizada por empresa especializada em recuperação de patrimônio cultural para que se possa ter certeza da manutenção em segurança tanto do conjunto de estrutura metálica em si, como para os transeuntes. Esta seria uma importante ação em prol da preservação da memória ferroviária. Esclarecemos que na ocasião da análise do projeto de restauro e intervenção, em 2017, o Corpo Técnico tinha se manifestado a favor da retirada destes elementos da estrutura metálica, uma vez que as condições do complexo ferroviário eram precárias, o estado de degradação era bastante avançado após anos de abandono e agravado pelo incêndio ocorrido em 2010. Mas, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Contemporânea Paulista Arquitetura e Restauro notou-se que, ao contrário, este elemento, após a limpeza e retirada de elementos degradados, revelou-se aparentemente em condições satisfatórias de sinalização da memória ferroviária e, também, em um contexto mais amplo um marco que transcende a estação em si, representando a pujança daquela localidade no final do século XIX e início do século XX como importante conexão com os dois lados da região da estação de Campo Grande: pólo de ligação com Mogi das Cruzes, com o Caminho de Zanzalá e Estrada do Vergueiro.

Diante disso, acreditamos que seria de grande significado a sua manutenção. No entanto, por se tratar de uma proposição que se distingue do que foi anteriormente aprovado, teria que ser reencaminhada para manifestação do Comdephaapasa.

Relatório.

Diante do exposto, em deferência a importância da preservação da estrutura metálica em trilhos retorcidos que sustentava a cobertura de passageiros da plataforma central da Estação de Campo Grande, votamos pela autorização por sua manutenção e recuperação/restauro, sobretudo por ser elemento significativo da memória ferroviária do complexo de Campo Grande, bem como testemunho das técnicas de construção utilizadas pela SPR – São Paulo Railway em suas construções em plataformas, nos termos que encaminha solicitação o Corpo Técnico deste conselho.

Como ressalva, acredito que deva o Corpo Técnico se manifestar e/ou esclarecer sobre a viabilidade ou não de se reconstruir o telheiro e as tesouras desta estrutura, ou em sendo outra solução, quais seria a forma e as estratégias para preservação do referido bem, sua memória técnica e histórica.

Como exercício reflexivo, perguntamos ao Conselho e ao Corpo Técnico, se não caberia tal reconstrução do telheiro, especialmente diante do fato que a própria Estação de Campo Grande teve seu telhado e outras estruturas restauradas ou mesmo reconstruídas com técnicas e aspectos semelhantes, mesmo que outrora gravemente degradadas.

O que nos suscita essa pergunta é a dúvida se não se poderia realizar uma recuperação mais ampla desta estrutura plataforma central, o que salvo melhor juízo seria de complexidade técnica razoavelmente simples caso as condições de segurança estejam ainda permitidas pelos trilhos de sustentação da referida cobertura.

Sobre esta estrutura, informo ainda que recebi comunicação do conselheiro Adalberto Dias Almeida, que observou que estes telheiros eram de “cobertura ondulada, de pequeno tamanho, (que acredito serem metálicas de zinco, com proteção de betume misturado com areia grossa, [solução] muito usada na época da instalação da ferrovia)”.



Independente da solução de restauro a ser elencada, apontamos a necessidade que no espaço seja instalada algum painel informativo que sirva de suporte para entendimento do bem e da passagem do tempo sobre a estrutura, o que inclui apoio informativo e iconográfico para este fim.

*Submetendo a apreciação e deliberação dos conselheiros,
Santo André, 08 de fevereiro de 2021.
Professor "Renato Brancaglione Cristofi"*

Após debate e considerações, o COMDEPHAAPASA delibera por aprovar o relatório do Corpo Técnico que sugere manter no local original a estrutura metálica que sustentava a cobertura de passageiros da plataforma central, como forma de sinalizar a existência daquela forma de abrigo em estações de terceira classe da São Paulo Railway e solicitar à MRS Logística SA que apresente propostas para sua salvaguarda.

É aprovada também, a proposta para instalação de "painel informativo que sirva de suporte para entendimento do bem e da passagem do tempo sobre a estrutura, o que inclui apoio informativo e iconográfico para este fim."

SEXTO: n.º 19.232/2013: Tombamento das Edificações da Rhodia, Unidade Química - Aprovação das diretrizes de preservação: O Presidente do COMDEPHAAPASA, Marco Moretto Neto esclarece que, para evitar situações como o ocorrido com o processo de tombamento do Cine Tangará, foi iniciado procedimento de conversa com os proprietários, no caso de bens particulares e com as Secretarias, no caso de bens públicos.

Para o tombamento das Edificações da Rhodia, Unidade Química há um diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Empregos que elaborou uma minuta para homologação, com base no relatório do Corpo Técnico, incluindo pequenos ajustes, portanto, sugere que o material seja encaminhado ao Conselho para análise e debate na próxima reunião ordinária.

O Conselho aprova o encaminhamento.

SÉTIMO: Relação de estudos de tombamento: Marco Moretto Neto apresenta ao Conselho a relação de processos dos estudos de tombamento e seus respectivos andamentos:



Estudos de tombamento para homologação				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
01	48.007/2016	17/11/2016	Prédio dos Correios	Processo finalizado e encaminhado para homologação
02	48.010/2017	17/11/2016	Escola Estadual Dr. Américo Brasiliense	Processo finalizado e encaminhado para homologação
03	6505/2015-6	22/02/2015	EMEIEF Professora Therezinha Monteiro de Barros Nosé	Processo no Gabinete do Prefeito aguardando homologação
Estudos em fase de finalização - para publicação do tombamento ou aguardando fim do recurso para homologação				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
04	19.232/2013-1	15/05/2013	Edificações Rhodia – Unidade Química	<ul style="list-style-type: none">• Prazo para recurso foi finalizado em janeiro/2021;• Diretrizes de preservação serão aprovadas em reunião ordinária de fevereiro/2021.
05	41.623/2011-4	15/09/2011	Moinho São Jorge	<ul style="list-style-type: none">• Conselho deliberou em janeiro/2021 pelo tombamento e abertura de novo processo para preservação dos bens móveis
Estudos de tombamento aguardando deliberação do Conselho ou conversa com responsáveis pelos bens				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
06	26.035/2013-1	01/07/2013	Praça do Carmo	<ul style="list-style-type: none">• Tombamento publicado – Diocese entrou com recurso• Representantes da Diocese seriam convidados a participar de reunião em abril/2020 que foi cancelada devido a pandemia<ul style="list-style-type: none">• As diretrizes de preservação já foram elaboradas Aguardando deliberação do Conselho sobre tombamento/Diocese
Processos aguardando publicação da abertura do estudo de tombamento				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
07	48.006/2016	17/11/2016	Primeiro de Maio Futebol Clube (Chácara Mimosas)	<ul style="list-style-type: none">• Abertura do estudo de tombamento não foi publicada / interrompido em 2016 Aguardando publicação de abertura do estudo de tombamento
08	40.878/2018	03/10/2018	Algodoeira São José e Chácara Hans Melchert	<ul style="list-style-type: none">• Aguardando publicação de abertura do estudo de tombamento
09	10.705/2019	22/03/2019	Selaria Santa Tereza	<ul style="list-style-type: none">• Aguardando publicação de abertura do estudo de tombamento
10	14.331/2020	11/08/2020	Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba e Casa do Naturalista	<ul style="list-style-type: none">• Aguardando publicação de abertura do estudo de tombamento
Processos aguardando elaboração de estudo preliminar				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
11	39.175/2017	25/09/2017	ASE Alaketu Ilé Ogum	Aguardando elaboração do estudo preliminar
12	24.101/2018	24/05/2018	Parque Prefeito Celso Daniel	
13	22.855/2018	16/05/2018	Registro da Banda Lira	<ul style="list-style-type: none">• Aguardando resposta da Banda Lira para elaboração de estudo preliminar
15	23.926/2020	08/12/2020	Imóvel localizado à Rua Adolfo Bastos, n.º 169	Aguardando elaboração de estudo preliminar
16	23.928/2020	08/12/2020	Imóvel localizado à Praça do Carmo – Residência dos Martins	

Estudos de tombamento parados / aguardando deliberação				
N.º do processo	Abertura do PA	Bem/Descrição	Situação	
17	42.775/1998 34.385/2.000 01/09/2000	15/12/1998	Maciço do Bonilha	<ul style="list-style-type: none"> Processo está com o corpo técnico para revisão
18	43.378/2011	26/09/2011	Sede administrativa da empresa de Fertilizantes IAP	Processos parados
19	42.236/2013-0	17/10/2013	Antiga sede da CTBC	
20	13.641/2017	27/03/2017	Santuário Nacional de Umbanda	<ul style="list-style-type: none"> Aguardando adequação do Santuário à Legislação Ambiental e Plano de Manejo do Parque

Legenda:

	Processos para homologação
	Processos em fase de finalização
	Processos aguardando deliberação ou conversa com responsáveis pelo bem
	Processos aguardando publicação do estudo de tombamento
	Processos aguardando elaboração de estudo preliminar
	Processos parados

Após apresentação são esclarecidos os seguintes itens:

- Sobre processos que estão no Gabinete do Prefeito para homologação desde 2019 e a possibilidade de cobrança para que a homologação ocorra;
- Pedido feito pelo Conselho para reunião com o Prefeito
- Ação de conversa com as áreas de interesse para que os tombamentos ocorram
- Tombamentos complexos como a Rhodia e o Moinho São Jorge que demandam fluxos internos;
- Praça do Carmo, especificamente a Catedral que demandará conversas com o Bispo e representantes da Diocese para que entendam o que é o tombamento;
- Necessidade de educação patrimonial.

O Presidente do Conselho faz um breve relato sobre as ações assimiladas pelo Corpo Técnico desde 2019 que tomaram grande parte do tempo e a elaboração do Sistema de Preservação Cultural, que demandará também dedicação.

O conselheiro Marcos Sidnei Pagotto Euzebio fala sobre como a falta de arquitetos para atender as demandas causa problemas e coloca os bens em risco, usa como exemplo a Selaria Santa Tereza que não existe mais. Afirma compreender que existe uma grande quantidade de trabalho, mas reforça que é necessário dar atenção à preservação.

Silvia Helena F. Passarelli fala sobre a desvalorização do Conselho pela Prefeitura, sobre o deslocamento de técnicos para realizar outros projetos, causando atraso das demandas do Conselho e sugere convidar a Secretária de Cultura para uma reunião.

Marco Moretto Neto fala sobre a qualificação dos técnicos e dos conselheiros, afirma concordar com Silvia sobre a desvalorização do Conselho por parte da administração, mas reforça que não



é algo exclusivo desta gestão, retoma trabalho realizado em 2017 para recomposição do Conselho e reforça a importância do Sistema de Preservação.

Após o debate, são debatidos e aprovados os seguintes encaminhamentos:

- 1- Convidar a Secretária de Cultura para a próxima reunião ordinária do COMDEPHAAPASA;
- 2- A construção do Plano de Preservação Cultural é compreendida como prioridade;
- 3- Estudos de tombamento serão elencados como prioridades após relatório do Corpo Técnico com parecer capacidade do grupo em desenvolver estudos sobre os processos que estão aguardando publicação da abertura do estudo de tombamento, solicitações que estão aguardando estudos preliminares e solicitações que estão com estudos preliminares parados.

Marco Moretto cita a possibilidade de manter o arquiteto Belmiro dos Santos Rodrigues Neto trabalhando exclusivamente com o Sistema de Preservação e as arquitetas Fátima Regina Tavella Leal e Mônica Nunes cuidando das demandas como estudos de tombamento e propostas para intervenção em bens tombados, com o apoio da arquiteta Elaine Albuquerque e da historiadora Suzana Cecília Kleeb.

É realizado debate sobre:

- Ações que podem ser tomadas de forma imediata para salvaguarda dos bens;
- A possibilidade de publicar a abertura de todos os estudos de tombamento ou aguardar até que haja a possibilidade de realizá-los dentro do prazo de seis meses;
- Risco existente para os bens particulares, pois possuem valor de mercado;
- Necessidade de buscar profissionais de outras áreas para auxiliar nos estudos.

OITAVO: Esclarecimento de dúvidas: O conselheiro Adalberto Dias Almeida solicita esclarecimentos sobre o restauro do Museu de Santo André e o busto do Senador Flaquer.

- Existe um projeto aprovado para reforma e restauro do Museu de Santo André, porém, serão realizadas neste momento apenas as intervenções em piso, telhado, acessibilidade dos sanitários e rampa;
- O busto do Senador Fláquer faz parte das intervenções de ampliação do Calçadão e Cine Theatro de Variedades Carlos Gomes. A previsão para entrega do prédio é abril de 2021, entretanto, o bem passará por intervenções de restauro que poderão ser visitadas;
- A abertura do Cine Theatro de Variedades Carlos Gomes dependerá das medidas de segurança sanitária.

Nada mais tendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião às 11h30, presidida por *Marco Moretto Neto* nos termos regimentais e com a anuência dos presentes. Eu, *Juliana Grillo Domenici*, redigi a presente Ata.

Assinam os presentes:

Nome e segmento	Assinatura
Adalberto Dias Almeida – IPABC	<u>Presente</u>
André Luiz Cordeiro Soares da Costa – ACISA	Ausente
Ayrton Antônio de Oliveira Cardoso Filho – DDP	Ausente
Caroline Silvério – UFABC	Ausente
Elaine Mendana Diniz – SC	Ausente
Eric Tadeu Lamarca – SC/SMA	Ausente
Gabriel Guedes Rapassi – SC	Ausente
Irene Grasson Pereira de Souza Viola – OAB	<u>Presente</u>
Jairo dos Santos Costa – MDV	Ausente
João de Deus Martinez – IPABC	Ausente
Luis Fernando Beletatto – SEMASA	<u>Presente</u>
Marco Moretto Neto – SC	<u>Presente</u>
Marcos Sidnei Pagotto Euzebio – AMUSA	<u>Presente</u>
Mayra Gusman de Souza – SC	<u>Presente</u>
Mirella Suraci Santos – AEASA	<u>Presente</u>
Patrícia Barbieri Diezel de Queiroz – SAJ	<u>Presente</u>
Regina Célia Guirelli – ACISA	Ausente
Reinaldo Alfredo Caetano Baschera – DDP	Ausente
Renato Brancaglione Cristofi – AMUSA	Ausente
Robson da Silva Moreno – SEMASA	Ausente
Sandra Macedo Paiva – SAJ	Ausente
Silvia Helena F. Passarelli – UFABC	<u>Presente</u>
Tatiana Aparecida Machado – SC/SMA	<u>Presente</u>
Virgílio Alcides de Farias - MDV	Ausente